

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DAER/RS  
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Fl. 487

**CONTRATO N.º AJ/CD/046/12**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DAER/RS** E A EMPRESA **PAVESYS ENGENHARIA S/S LTDA.**, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO DE DEFEITOS (LVC) COM VÍDEO REGISTRO, LEVANTAMENTO DE DADOS DE IRREGULARIDADE LONGITUDINAL (IRI), MEDIDAS DE AFUNDAMENTO DE TRILHA DE RODA (ATR) E MEDIDAS DE DEFLEXÃO DO PAVIMENTO DAS RODOVIAS PAVIMENTADAS DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DAER/RS, NO LOTE I, COMPOSTO PELAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE SANTA CRUZ DO SUL (3ª SR), COM EXTENSÃO DE 489,87 KM; SANTA MARIA (4ª SR), COM EXTENSÃO DE 329,26 KM; PELOTAS (7ª SR), COM EXTENSÃO DE 342,85 KM; BAGÉ (8ª SR), COM EXTENSÃO DE 23,41 KM; ALEGRETE (9ª SR), COM EXTENSÃO DE 207,19 KM, E CACHOEIRA DO SUL (10ª SR), COM EXTENSÃO DE 251,53 KM, TOTALIZANDO A EXTENSÃO TOTAL DE 1.644,11 KM, NA FORMA ABAIXO:

**DAER**  
**CÓPIA AUTÊNTICA**

*Advª Larissa S. Muñoz de O. Santos*  
Especialista Rodoviário SAJ/DAER/RS  
Matrícula 13.716.2

**1. – PREÂMBULO**

**1.1 – DOS CONTRATANTES:** O **DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, erigido em Autarquia pelo Decreto-Lei n.º 1.371, de 11 de fevereiro de 1947, com sede na Av. Borges de Medeiros, n.º 1555, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.883.834/0001-00, representado por seu Diretor-Geral, **JOSÉ FRANCISCO FOGAÇA THORMANN**, e a empresa **PAVESYS ENGENHARIA S/S LTDA.**, a seguir denominada **CONTRATADA**, com sede na Av. Loureiro da Silva, n.º 2001, Salas 707, 815 e 816, Bairro Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.449.094/0001-31, representada por seu Diretor, **SR. FERNANDO JOSÉ PUGLIERO GONÇALVES**, inscrito no CPF sob o n.º 503.251.320-20, celebram o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1.2 – DO FUNDAMENTO:** O presente contrato decorre da Resolução n.º 2555, do Conselho de Administração do DAER/RS, datada de 31 de outubro de 2012, a qual, julgando a licitação por Concorrência, objeto do Edital n.º **238/CELIC/2012**, decidiu adjudicar os serviços à **CONTRATADA**, pelos preços e condições oferecidos na proposta e com fundamento no que dispõe a Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes à matéria, e do Parecer n.º 587, da Comissão de Controle em funcionamento no DAER/RS, datado de 01 de novembro de 2012, tendo em vista o interesse e a conveniência administrativa, tudo conforme consta no expediente protocolado no DAER/RS sob o n.º 6657-04.35/12-1.



## 2. – DO OBJETO

O presente contrato visa à execução de serviços especializados de levantamento visual contínuo de defeitos (LVC) com vídeo registro, levantamento de dados de irregularidade longitudinal (IRI), medidas de afundamento de trilha de roda (ATR) e medidas de deflexão do pavimento das rodovias pavimentadas do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS, no **Lote I**, composto pelas rodovias sob jurisdição das Superintendências Regionais de Santa Cruz do Sul (3ª SR), com extensão de 489,87 km; Santa Maria (4ª SR), com extensão de 329,26 km; Pelotas (7ª SR), com extensão de 342,85 km; Bagé (8ª SR), com extensão de 23,41 km; Alegrete (9ª SR), com extensão de 207,19 km, e Cachoeira do Sul (10ª SR), com extensão de 251,53 km, totalizando a extensão total de 1.644,11 km, conforme disposto no Anexo V e demais anexos ao Edital.

## 3. – DA EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento, sob a forma de execução indireta, **regime de empreitada por preço global**.

## 4. – DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de **R\$ 337.992,66 (trezentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos)**, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, **conforme cronograma físico-financeiro constante no Anexo III**.

**DATA DA PROPOSTA: SETEMBRO/2012**

## 5. – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Nota de Empenho nº 12004229577, UE: 35.01.001, Subprojeto: 4307.00062, Natureza da Despesa: 3.3.90.39.3990, Recurso: 0001, datada de 06 de novembro de 2012, com valor empenhado de R\$ 168.996,33 (cento e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos).

## 6. – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços do presente contrato serão reajustados anualmente pela variação do **índice FGV, colunas nº 37, 38 e 39A** conforme divulgado pela revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, desde a data da apresentação da proposta até o adimplemento de cada parcela, pela seguinte fórmula:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER/RS  
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DAER  
CÓPIA AUTÊNTICA

*Adriana S. Muñoz de O. Santos*  
Especialista Rodoviária SAJ/DAER/RS  
Matrícula 13.716.2

Fl. 489

$$R = V \cdot \frac{li - lo}{lo}$$

Onde:

R = é o valor do reajustamento;

V = é o valor contratual da parcela da obra ou do serviço a ser reajustado;

lo = é o índice de preços verificado no mês do orçamento (ou da proposta) que deu origem ao contrato;

li = é o índice de preços verificado no mês da execução da parcela da obra e/ou serviço.

## 7. - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de **até 30 (trinta) dias** após a protocolização da nota fiscal ou nota fiscal-fatura. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial do licitante.

**Parágrafo Primeiro** – A protocolização somente poderá ser feita após a conclusão e liberação da etapa do serviço, conforme cronograma físico-financeiro por parte do órgão fiscalizador competente;

**Parágrafo Segundo** – A liberação das faturas de pagamento por parte do Estado fica condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, de documentação fiscal correspondente à aquisição de bens e serviços relativos à execução do contrato, cujo prazo para dita exibição não deverá exceder a 30 (trinta) dias contados da data de suas emissões, conforme o preconizado pelo Decreto n.º 36.117, de 03 de agosto de 1995.

**Parágrafo Terceiro** – Haverá a retenção de todos os tributos nos quais o DAER/RS seja responsável tributário;

**Parágrafo Quarto** – O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), fornecimento de mão-de-obra, especializada ou não, leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos e ferramental, água, luz, vigilância, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.



**Parágrafo Quinto** – O DAER/RS poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas e contratuais;

**Parágrafo Sexto** – O pagamento das parcelas, referente aos serviços, serão liberados de acordo com os quantitativos medidos, no mês de referência da execução, devendo, no caso de serviços apresentar os seguintes documentos:

a) – ofício de encaminhamento da CONTRATADA, com os dados do serviço;

b) – cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA-RS (na primeira parcela);

c) – Nota Fiscal e/ou Nota Fiscal/Fatura de serviços;

d) – cópia da folha de pagamento por serviço;

e) - FGTS/GFIP – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do mês de competência;

f) - GPS – Guia de Recolhimento de Previdência Social, do mês de competência;

g) – declaração da CONTRATADA, de que possui escrituração contábil, que mantém a contabilidade atualizada, organizada, assinada por contabilista devidamente credenciado e pelo administrador da CONTRATADA, devendo constar obrigatoriamente que os valores ora apresentados encontram-se devidamente contabilizados;

h) – cópia do Termo de Recebimento Provisório do Serviço, elaborado pela fiscalização do serviço;

i) – atender o disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB n.º 971/2009, de 13 de novembro de 2009, artigos 161 e 291, publicado no Diário Oficial da União em 17 de novembro de 2009, quanto ao atendimento do PPRA, LTCAT, PCMAT, PCMSO, quando for o caso, junto com a primeira parcela;

## 8. – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Geral de Preços – Mercado/IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.



## 9. – DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à de 0,033% por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

## 10. – DOS PRAZOS

As obras e/ou serviços terão início no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da autorização de serviço.

**Parágrafo Primeiro** – A autorização de serviço somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

**Parágrafo Segundo** – O prazo para a conclusão do objeto do contrato é de até 27 (vinte e sete) meses, a contar do 6º dia do recebimento da autorização de serviço.

## 11. – DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A fiscalização da obra, objeto deste contrato, ficará a cargo do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER/RS, conforme disposto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93.

## 12. – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Para garantia da fiel execução dos serviços, a CONTRATADA depositou na Tesouraria do DAER/RS a importância de R\$ 16.899,63 (dezesseis mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos), através da Apólice nº 157048, emitida pela J Malucelli Seguradora S.A., com validade até 08 de maio de 2015.

**Parágrafo Único:** Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional quando devolvida deverá sofrer atualização monetária, *pro-rata-die*, pelo IGP-M, a contar da data do depósito até a da devolução. A garantia somente será liberada após o recebimento definitivo do objeto. No caso de saldo de multas ou descumprimento das condições contratuais, a garantia pode reverter em favor do DAER/RS.

## 13. – DA GARANTIA DA OBRA

O objeto do presente contrato tem garantia de 5 anos consoante dispõe o art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o DAER/RS responsável por todos os encargos decorrente disso.



#### 14. - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto do presente contrato, se estiver de acordo com o Termo de Referência do Edital, da proposta e deste instrumento, será recebido pelo responsável por seu acompanhamento e supervisão, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

#### 15. - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

##### 15.1 - DOS DIREITOS:

15.1.1 - do DAER/RS: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

15.1.2 - da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

##### 15.2 - DAS OBRIGAÇÕES:

###### 15.2.1 - do DAER/RS:

- a) - efetuar o pagamento ajustado; e
- b) - dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- c) - fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art. 67, da Lei Federal 8.666/93; e

###### 15.2.2 - da CONTRATADA:

- a) - prestar os serviços na forma ajustada;
- b) - atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- c) - manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) - a CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER/RS  
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DAER  
CÓPIA AUTÊNTICA

Adm.ª Larissa S. Muñoz de O. Santos  
Especialista Rodoviário SAJ/DAER/RS  
Matrícula 13.716.2

Fl. 493

e) – apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto a às obrigações assumidas no presente contrato, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

f) – cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

g) – apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do contrato;

h) – sinalizar o local das obras e/ou serviços adequadamente, tendo em vista o trânsito de veículos e pedestres;

i) – responsabilizar-se pela participação efetiva do(s) profissional(ais) indicado(s) no subitem 8.11, do Edital, durante toda a execução das obras e/ou serviços do objeto deste contrato;

j) – submeter à apreciação do DAER/RS a substituição do(s) profissional(ais) indicado(s), referido na letra “i” da presente cláusula, qualificando-o(s) nos termos do subitem 8.11 (8.11.1 e 8.11.2) do Edital;

k) – apresentar Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional do responsável técnico pelo serviço, conforme Decreto nº 61.867 de 07.12.1967, Decreto Lei nº 73 de 21.11.1966 (art. 20) e Lei Estadual nº 12.385 de 30.11.2005, publicada no Diário Oficial do Estado em 01.12.2005.

l) – a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao DAER/RS a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

m) – a CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluído ou reduzido essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

n) – atender integralmente ao Anexo V – Termo de Referência.

## 16. – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.



### 17. – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com o art. 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo Único:** A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao DAER/RS, bem como na assunção do objeto do contrato pelo DAER/RS na forma que o mesmo determinar.

### 18. – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

a) – advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

b) – multas sobre o valor total atualizado do contrato:

– de 10% pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

– de 10% nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado; e

– de 0,5% por dia de atraso sobre a parcela entregue fora do prazo, até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;

c) as multas deverão ser recolhidas através de depósito na conta corrente nº 03.050500.0, do Banco Banrisul, Agência nº 0845 – Beira Rio, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da CONTRATADA, podendo o DAER/RS descontá-la, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença;

d) no caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, ser-lhes-á aplicada a suspensão temporária em relação à sua participação em licitação, bem como o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

d.1) – dois anos, para as situações dos incisos II e III do artigo 1º do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003;



d.2) – seis meses, para as situações dos incisos II, III e IV do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003;

d.3) – quatro meses, para as situações do inciso I do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003;

d.4) – três meses, para as situações dos incisos V e VI do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003;

e) – a suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesa;

f) – a declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Estadual será aplicada pelo Secretário de Estado ao qual a CONTRATANTE estiver vinculada, nos termos do artigo 10 do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, considerando as condições estabelecidas no § 2º, incisos I e II do seu artigo 8º;

f.1) – para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista;

g) – para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;

h) – a penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e não terá caráter compensatório, sendo que a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

i) – das penalidades que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso;

j) – a multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

## 19. – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Na hipótese de este contrato vir a se tornar elegível para financiamento do Banco Mundial, no âmbito do PROREDES-BIRD, deverão ser atendidas, além da legislação nacional, as regras específicas do Banco para prevenir e combater fraudes e corrupção que possam ocorrer no contexto do uso de recursos do Empréstimo durante a preparação e execução dos projetos financiados pelo Banco, ficando estabelecido que:



**Parágrafo Primeiro** – O contrato deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e sub-contratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula definem-se as seguintes práticas:

a) – “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar; direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) – “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução de contrato;

c) – “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) – “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) – “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula 19, Parágrafo Terceiro deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**Parágrafo Terceiro** – Considerando os propósitos desta Cláusula, o licitante vencedor; como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, pelo BIRD, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## 20. – DA EFICÁCIA

O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DAER/RS  
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Fl. 497

**21. – DO FORO**

Para as questões oriundas deste contrato, fica expressamente eleito o Foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, renunciando as partes contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, para constar, eu, Superintendente, matrícula n.º 13601-8, com exercício na Superintendência de Assuntos Jurídicos do DAER/RS, lavrei o presente contrato às folhas 487 a 497, do Livro Próprio de Contratos Diversos – 34/CD – que lido, conferido e achado conforme ao estipulado é assinado pelos representantes das partes contratantes e pelas testemunhas, que a tudo estiveram presentes e assistiram, para que produza ele os seus jurídicos e legais efeitos.

Porto Alegre, 23 de novembro de 2012.

  
**JOSÉ FRANCISCO FOGAÇA THORMANN,**  
**DIRETOR-GERAL DO DAER/RS.**

  
**SR. FERNANDO JOSÉ PUGLIERO GONÇALVES,**  
**DIRETOR DA CONTRATADA.**

Testemunhas:

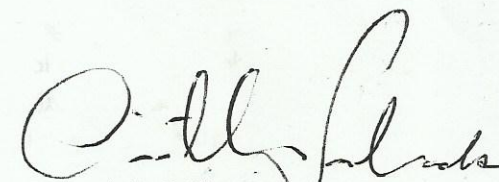
1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Processo n.º 6657-04.35/12-1.



Visto:

  
**Adv.ª Cinthia Salada,**  
**Superintendente SAJ DAER/RS.**